

IAOD do Deputado Lei Chan U em 08.05.2019

O Governo deve, com sentido de responsabilidade e urgência, promover a revisão da lei laboral

Em Maio de 2015, o Governo apresentou o enquadramento da revisão da Lei das relações de trabalho ao CPCS, por isso, já lá vão 4 anos. Apesar do forte consenso social em relação às sugestões de revisão da lei, nomeadamente, a compensação por feriados coincidentes com dias descanso, o prolongamento da licença de maternidade e a licença de paternidade remunerada, a lei ainda não entrou em processo legislativo. O Governo diz sempre que dá importância à salvaguarda dos direitos e interesses dos trabalhadores, mas como a revisão da lei laboral é lenta como uma tartaruga e um caracol, não consegue demonstrar essa importância.

A revisão da lei laboral tem a ver com os direitos e interesses dos trabalhadores e também com o funcionamento e o desenvolvimento das empresas. Esta iniciativa já surgiu há muito tempo e tem sido alvo de discussão na sociedade, portanto, para além do mecanismo de escolha dos feriados obrigatórios, que o Governo introduziu, unilateralmente, para aumentar a flexibilidade jurídica, os restantes aspectos que precisam de ser prioritariamente revistos já obtiveram consenso social alargado. Seria razoável que um projecto de revisão dum lei, que já reúne consenso social, entrasse em processo legislativo no mais curto espaço de tempo. Contudo, a verdade é que um ano após a publicação do relatório de consulta sobre a revisão da lei, o Governo ainda não apresentou a proposta de lei à AL para apreciação, um ritmo de trabalho que deixa os trabalhadores bastante desapontados.

Um dos indicadores para avaliar a situação dos países e regiões, se são avançados ou atrasados, é a protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores concedida pelas suas leis laborais. Quase 20 anos depois do Retorno, a economia de Macau cresceu bastante, porém, não se registaram quaisquer avanços na protecção dos direitos laborais. Os padrões laborais estão bastante desactualizados face ao nível do desenvolvimento económico, o que pode até afectar a imagem de Macau, então, o Governo, enquanto governo responsável e credível, não sente a urgência da situação e não tem vergonha?

Na minha opinião, a lentidão na revisão da lei laboral e o atraso na protecção aos direitos dos trabalhadores devem-se, principalmente, ao Governo, que afirma sempre que insiste em recorrer à negociação com as partes laboral e patronal para aperfeiçoar o regime laboral, mas para que esta negociação surta efeitos, é essencial que o Governo desempenhe bem o seu papel de liderança. Se a sua atitude é não ter planos nem uma posição já assumida, então, a negociação entre as 3 partes resume-se a uma luta entre empregadores e trabalhadores, e o mecanismo de negociação perde as suas vantagens. O Governo, enquanto

administrador e coordenador da economia, não deve fugir aos problemas nem aos conflitos, deve, sim, tomar a iniciativa de aperfeiçoar a legislação laboral assumindo uma atitude responsável e apresentando ideias, para que os direitos e interesses dos trabalhadores acompanhem a evolução dos tempos e se desenvolvam de forma razoável. Volto, aqui, a apelar ao Governo, para submeter, quanto antes, a proposta de alteração da lei laboral à apreciação desta Assembleia, não deixando que os trabalhadores fiquem à espera e desapontados devido aos atrasos do Governo.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 08.05.2019

Aproxima-se a mudança de Governo, e a sociedade espera que o novo Governo acabe com os maus hábitos, contribuindo com o seu melhor para governar Macau e criando uma nova imagem de Governo, empenhado em contribuir para o bem-estar da população e para a integridade do Governo.

É inegável que, nos últimos 20 anos, a RAEM conseguiu algum sucesso no desenvolvimento económico e social e na vida da população. No entanto, a criação de regimes, a construção geral urbana e a capacidade de governação não conseguiram acompanhar o ritmo do desenvolvimento socioeconómico, por isso, surgiram vários conflitos e problemas sociais. Os residentes continuam muito insatisfeitos com a má governação e a falta de integridade do Governo, com a construção urbana e do sistema jurídico, com a fiscalização financeira, a formação de talentos, a legislação laboral, a habitação, o trânsito, a distribuição das receitas, etc.

Por exemplo, o Governo tem promovido a construção da integridade, mas o Comissariado contra a Corrupção descobriu vários actos ilegais, nomeadamente corrupção, abuso de poder e prevaricação, por parte de titulares dos principais cargos e chefias dos serviços públicos, e o relatório do ano passado até refere o aumento do número de actos de burla, falsificação de documentos e abuso de poder, o que demonstra que continuam a existir imperfeições no regime disciplinar interno do Governo.

Quanto à fiscalização financeira, o Comissariado da Auditoria (CA) também descobriu em muitos serviços públicos casos de mau desempenho, desperdício do erário público, falta de rigor na gestão de pessoal e de actuação sem observância da lei. Mais, como existem grandes lacunas na fiscalização do funcionamento dos fundos específicos criados com o erário público e das empresas de capital público, aconteceram vários casos ridículos que prejudicaram gravemente o interesse público, por exemplo, o da sociedade “Tai Lei Loi” e o da Viva Macau, que resultaram em desaparecimento de erário público. Contudo, após a descoberta destes casos, ninguém, nem os governantes nem as pessoas envolvidas, teve de assumir responsabilidades, o que deixou a sociedade indignada. Existem também falhas nos mecanismos de fiscalização dos recursos públicos, por exemplo, de terrenos, e, por conseguinte, casos que prejudicam o interesse público, tais como a ocupação ilegal de terrenos e o seu não aproveitamento durante anos voltaram a acontecer.

Além disso, os trabalhos feitos pelo Governo no âmbito de desenvolvimento urbano também não foram satisfatórios, e são frequentes as derrapagens orçamentais e de prazos nas grandes obras, o que é um grande problema das acções governativas. Por exemplo, nas obras do Metro Ligeiro, registaram-se vários problemas com as adjudicações e com os contratos, os traçados e custos

foram alvo de várias alterações, e não existe uma data para a conclusão das obras. Mais, os serviços de transportes públicos também são sempre alvo de críticas. Nos últimos anos, o número de turistas subiu em flecha, portanto, a capacidade de acolhimento de Macau enfrenta muitos desafios. E tudo isto afecta a qualidade de vida dos residentes.

Quanto a viver feliz, como o preço dos imóveis é elevado, muitos residentes não compram casa e só podem esperar pela habitação pública. Porém, falta um regime perfeito de espera por este tipo de habitação, ao que se junta a lentidão na construção e a insuficiência de oferta, razões que não permitem fazer previsões quanto à sua atribuição e impossibilitam a aquisição de casa por parte dos residentes.

O mandato do actual Governo está prestes a terminar. Como se diz, há que retirar os devidos ensinamentos do passado, portanto, a sociedade espera que o novo Governo faça uma revisão e resolva as insuficiências do passado, reforce a aplicação das políticas e resolva os problemas relacionados com a economia e a vida da população, que reforce especialmente a construção duma cidade íntegra e resolva o problema dos dirigentes que nada fazem ou actuam à toa. Em termos financeiros, deve melhorar os regimes financeiros e de aquisições, resolver o problema dos desperdícios, regulamentar, rigorosamente, o funcionamento das empresas de capitais públicos e dos fundos especiais, para evitar que o Governo se transforme numa incubadora de desperdício do erário público e de corrupção. Em termos da vida da população e do desenvolvimento social, deve melhorar o respectivo mecanismo de longo prazo e a formação de talentos, concretizar as políticas de habitação e de trânsito, e avançar com a construção das infraestruturas de prevenção de catástrofes e inundações.

Uma boa governação depende de políticas concretas, e se as boas leis não forem concretizadas não produzem efeitos. O Chefe do Executivo é o líder da RAEM, e a sociedade deposita a sua esperança no próximo chefe do executivo, esperando que este aja proactivamente e possa ser um bom exemplo, isto é, que seja honesto e dedicado ao público, para criar uma nova imagem do Governo, dar melhor resposta aos desafios ao nível da economia e política mundial, e assegurar a prosperidade e a estabilidade a longo prazo de Macau, e a felicidade dos residentes em viver e trabalhar em Macau.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 08.05.2019

Registou-se recentemente um acidente de viação envolvendo um autocarro de turismo, que bateu descontroladamente num portão de um café, na Avenida de Sidónio Pais. Felizmente, não houve feridos nem mortos. O acidente deu-se no único caminho do Jardim da Flora até à Rua do Campo, por onde passam diariamente muitos autocarros de turismo e shuttle buses dos casinos rumo aos pontos turísticos junto das Ruínas de S. Paulo, portanto, pode imaginar-se como é o fluxo de tráfego naquela estrada. Além disso, no troço do Túnel da Guia, em direcção à Avenida de Sidónio Pais, há uma rampa, e os veículos de grande dimensão, quando se dirigem para a esquerda do cruzamento que existe ali, têm de fazer uma viragem brusca para conseguirem fazer a curva, por isso, de vez em quando há acidentes, quando não se consegue controlar bem os veículos. Depois deste acidente, os moradores e os lojistas ficaram mais preocupados com a possibilidade de acidentes semelhantes voltarem a acontecer.

Na verdade, Macau é uma cidade turística, portanto, é normal que circulem diariamente pelas estradas muitos autocarros de turismo. Mas a densidade populacional é elevada, as estradas são estreitas com muitas curvas e rampas, portanto, também são bastante frequentes os acidentes de trânsito nos locais onde o tráfego é intenso. Sendo assim, sugiro a DSAT (Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego) e ao DT (Departamento de Trânsito da PSP) que, para além do apuramento das causas deste acidente, efectuem uma análise para saber se há situações semelhantes noutras estradas por onde circulam mais veículos pesados e para identificar os “pontos negros” de trânsito, que estudem o alargamento das vias, se houver condições, o estreitamento dos canteiros e a instalação de bermas e de grades protectoras, para melhorar as instalações de trânsito, e que adoptarem medidas adequadas de condicionamento do trânsito, para restabelecer o clima de segurança e evitar mais perdas de vidas em acidentes de viação. Tudo isto à semelhança do que foi feito em 2016, depois do acidente de viação que causou mais de 30 vítimas, entre as quais 3 em estado grave, provocado por um autocarro de turismo que, por descontrolo do condutor, embateu num consultório médico de medicina tradicional chinesa. Os moradores do edifício onde se situava o consultório tiveram de ser evacuados, pois os pilares ficaram danificados e foi preciso colocar escoras para os amparar. Só depois disto tudo é que o Governo acabou por instalar grades de segurança no local do incidente.

No acidente em causa, a porta do autocarro de turismo ficou danificada sem poder abrir, e os turistas ficaram fechados no autocarro até à chegada de socorro, que envolveu muitos elementos. Existe em Macau uma lei que regula a tipologia e as características técnicas dos veículos pesados de passageiros, é o Decreto-Lei n.º 5/89/M, que define no seu artigo 6.º (Localização das saídas dos veículos), “Uma saída de emergência, pelo menos, deve estar situada no painel da

retaguarda ou no painel da frente do veículo ou no tejadilho sob a forma de alçapão”. Porém, podem surgir vários tipos de problemas num acidente, e quando há danificação da porta, uma única saída de emergência pode não ser suficientes para a evacuação. As autoridades devem então estudar sobre a instalação de várias saídas de emergência nos veículos pesados de passageiros, isto é, para além da saída de emergência no tejadilho, devem instalar uma porta de emergência nas partes de trás ou a meio do veículo, ou ainda equipamentos de emergência quebra-vidros nas janelas, tal como nos autocarros públicos. Os sectores em causa devem também tomar a iniciativa de inspeccionar periodicamente os veículos de grande envergadura, incluindo as instalações contra incêndios, os dispositivos de evacuação em caso de emergência, o sistema de travagem, etc., em prol do bom funcionamento dos mesmos, e ainda tomar a iniciativa de reforçar as acções de formação dos condutores de autocarros, quer de turismo quer públicos, para evitar a condução sob fadiga, com vista à redução de acidentes semelhantes aos referidos.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 08.05.2019

Há que adoptar medidas especiais para resolver a sobrelotação de turistas em determinados dias

No ano passado, o número de turistas ultrapassou 35 milhões, um aumento de 9,8%, batendo-se um novo recorde histórico. A sobrelotação de turistas afecta gravemente o quotidiano dos residentes e contraria o posicionamento de Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer. Segundo os dados do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), nos últimos quatro dias dos feriados do Dia do Trabalhador, Macau recebeu 636.644 visitantes (excluindo os TNR e os alunos), uma média de 177 mil turistas por dia, excedendo em 60% a capacidade de recepção diária ideal divulgada no relatório do Instituto de Formação Turística. O excesso de turistas leva à sobrelotação nos postos fronteiriços e nos pontos de atracção turística, e a eficácia das medidas tomadas pelo Governo poucos efeitos surtiram, em especial no dia 2 de Maio, um dia útil, em que o movimento transfronteiriço aumentou, devido às passagens dos TNR, dos estudantes e de turistas, batendo-se um novo recorde diário nas Portas do Cerco, com um aumento de 14% de entradas e saídas. Durante a manhã, o Posto Fronteiriço de Gongbei teve de tomar medidas de controlo de multidões e de contingência para escoar os turistas, e durante a tarde, a zona central de Macau e a zona de Ferreira do Amaral estavam repletas de pessoas; na hora de saída dos empregos, o trânsito na Avenida de Almeida Ribeiro ficou quase paralisado e devido às longas filas de carros na zona de Ferreira do Amaral, residentes e turistas não conseguiram apanhar transporte, e mais, como estava a chover, muitos residentes ficaram furiosos e os turistas afirmaram que até pareciam refugiados. Este ambiente afecta o entusiasmo dos turistas e não tem nada de lazer, prejudicando mesmo a imagem turística de Macau.

Face ao problema da superlotação de turistas, a DST limita-se a afirmar, que vai aumentar os pontos turísticos e redireccionar os visitantes, mas o essencial é que há excesso de turistas em determinados dias e pontos turísticos. Com o aumento das conveniências do trânsito e o alargamento das políticas quanto aos documentos de viagem, aumentou o número de visitantes que não pernoita em Macau. Estes normalmente chegam a Macau entre as 9 e 12 horas, e saem entre as 17 e 18 horas, permanecem em Macau durante algumas horas e visitam os pontos turísticos mais atractivos, e como estes pontos estão sobrelotados, há que desviar os turistas para outros pontos e para outras zonas, no sentido de atenuar a superlotação, mas até agora ainda nada se viu. Macau deve resolver, de vez e quanto antes, este problema, especialmente durante alguns feriados prolongados do Interior da China, em que a superlotação de turistas ultrapassa a capacidade máxima de acolhimento, caso contrário, a zona da Avenida de Almeida Ribeiro vai estar sempre saturada. Estas inconveniências não vão acabar exigindo-se apenas à população que tenha paciência, há sim que haver determinação para enfrentar e resolver a situação.

O desenvolvimento económico de Macau tem de ser suportado pelo sector do turismo. Segundo algumas opiniões, há que recorrer a medidas ou meios económicos para o ajustamento do número de turistas, com o objectivo, crê-se, de resolver os problemas do aumento drástico de turistas nos períodos de pico e da sua concentração excessiva em alguns pontos turísticos. Mediante a análise de dados, os serviços responsáveis vão, com certeza, ficar inteirados dos períodos de pico de turismo, bem como dos dias em que será ultrapassada a capacidade de acolhimento. Quanto ao problema da sobrelotação em determinados dias, é sugerida a comunicação com os serviços do Interior da China, com vista ao lançamento de medidas administrativas especiais, como, por exemplo, ponderar a possibilidade de os turistas pedirem vistos especiais para determinadas festividades, nas quais se tem ultrapassado, ao longo dos anos, a capacidade de acolhimento. Mais, há ainda que recorrer aos meios do turismo inteligente, no sentido de conhecer, com precisão, as necessidades e o tempo dos turistas nas suas viagens a Macau, bem como o fluxo de pessoas. Assim, quem visita Macau pode ficar atempadamente a par desses dados e programar melhor as suas visitas.

Mais, quando se regista sobrelotação das Portas do Cerco nos dias úteis, imensos trabalhadores e estudantes que vivem no Interior da China atrasam-se devido aos obstáculos que têm de enfrentar quando vêm para Macau. Sugere-se ao Governo que dialogue com os serviços do Interior da China, a fim de criar, nos feriados e festivais do Interior da China, passagens exclusivas para os residentes que todos os dias têm de passar a fronteira para trabalhar e estudar, melhorando os serviços de migração e reduzindo os impactos.

IAOD da Deputada Chan Hong em 08.05.2019

Revisão do regime das carreiras dos docentes das escolas oficiais, para promover o desenvolvimento profissional dos docentes

O Decreto-Lei n.º 67/99/M (Estatuto do pessoal docente da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude) (adiante designado por Estatuto) entrou em vigor há 20 anos, portanto, muitos artigos não acompanham a realidade. Actualmente, desde que não haja registo disciplinar desfavorável, a avaliação dos docentes das escolas oficiais é boa. Segundo os docentes das escolas públicas, parte das disposições desse Estatuto não se articula com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos que entrou vigor no final de 2015, portanto, sentem-se afectados por não serem iguais aos outros trabalhadores da função pública, que não precisam de ser avaliados para os seus contratos administrativos de provimento passarem a contratos sem termo. Para resolver isto, é necessário alterar o Estatuto, de modo a adaptá-lo ao Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos. Como o Estatuto não é revisto há muito tempo, já apresentei na última e na presente legislatura várias interpelações escritas e intervenções antes da Ordem do Dia, para dar a conhecer esta questão, instando o Governo a alterar o referido Estatuto com a maior brevidade possível, nomeadamente, reduzir adequadamente o número de horas lectivas semanais dos docentes das escolas públicas, elaborar diplomas sobre a avaliação do desempenho e actividades de desenvolvimento profissional, com vista a que os docentes possam ter mais tempo para o ensino e apoio aos alunos, elevando-se assim a eficácia.

Em Novembro de 2014, na resposta à minha interpelação, o Governo afirma que a proposta de lei sobre a revisão do Estatuto já entrou em processo legislativo, que havia sugestões mais concretas, e que os regulamentos específicos sobre a avaliação do desempenho e as acções do desenvolvimento profissional dos docentes iam ser elaborados logo após a revisão. Mas, já se passaram vários anos, e a revisão ainda não foi concluída. Em Agosto de 2018, apresentei novamente uma interpelação sobre o assunto, e a Administração voltou a responder que a proposta de lei já tinha entrado em processo legislativo e que tinham sido efectuados ajustamentos de acordo com a análise da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça. Já passou mais de meio ano e ainda não houve mais notícias. O Governo não revelou quais foram as dificuldades encontradas, portanto os docentes só podem ficar ansiosos. A revisão do Estatuto não pode ser mais adiada, o Governo deve concluir, quanto antes, a respectiva revisão, no sentido de aperfeiçoar as garantias profissionais e o desenvolvimento profissional dos docentes das escolas públicas.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 08.05.2019

Segundo as notícias sobre acidentes com autocarros turísticos, “em 2 de Maio de 2019, na Avenida de Sidónio Pais, um autocarro turístico subiu o passeio e, apesar de não ter causado feridos, ocupou parte da avenida, que precisou de ser vedada, e o trânsito foi gravemente afectado”; “em 7 de Fevereiro de 2019, perto da paragem de autocarros na Estrada de Pac On, na Taipa, um autocarro turístico colidiu com dois automóveis, em que um passageiro ficou ferido e om condutor de um dos automóveis feriu-se numa mão”; “em 22 de Novembro de 2018, no portão do Hotel Metropolitan, na Rua de Pequim, nos NAPE, houve um acidente com um autocarro turístico que causou um ferido”. Ainda segundo outras notícias sobre acidentes graves com autocarros públicos, “em 15 de Abril de 2018, ocorreu, durante a manhã, um acidente envolvendo um idoso de 80 anos, que foi atropelado por um autocarro quando atravessava a zebra da Avenida Governador Nobre de Carvalho, perto do Edifício One Grandtai, e o idoso morreu ao meio-dia, devido aos graves ferimentos na cabeça”; “em 10 de Janeiro de 2018, segundo as suspeitas, um autocarro da Nova Era, n.º 8, despistou-se e embateu num veículo de sete lugares, de cor branca, que atropelou uma idosa de 60 anos numa zebra, e esta idosa, com a cabeça e metade do corpo debaixo do autocarro, morreu às 9h15 de manhã”.

Com o crescimento contínuo da economia e o aumento anual do número de turistas resultante do desenvolvimento do sector do turismo, a procura de transportes públicos aumentou entre cidadãos e turistas, o que levou inevitavelmente ao aumento dos meios de transporte maiores. Atendendo aos referidos acidentes de viação nos últimos anos envolvendo veículos pesados, apresentei, através das interpelações escritas de 28 de Dezembro de 2016, de 17 e 31 de Janeiro de 2018, e de 21 de Março de 2019, várias sugestões ao Governo sobre as acções de formação para os motoristas de veículos pesados, e este aponta, na sua resposta de 21 de Fevereiro de 2018, que os titulares de qualquer tipo de carta de condução apenas obtêm a carta respectiva depois de passarem nas provas práticas e teóricas, e estas incluem os sinais de trânsito.

Mas os acidentes de viação envolvendo veículos pesados continuam a ser frequentes. Será que isto se deve a motivos pessoais ou às falhas do mecanismo de formação dos motoristas? Alguns cidadãos pediram-me para perguntar, mais uma vez, ao governo, o seguinte: os serviços competentes realizaram acções de formação para os motoristas de veículos pesados, e incluíram exemplos de acidentes de viação nessa formação? As autoridades fiscalizam a qualidade dos cursos de formação destinados aos motoristas de pesados? Proponho, mais uma vez, ao Governo, que defina critérios de avaliação objectivos e científicos para a formação destes motoristas, nomeadamente para os dos autocarros turísticos de grande dimensão, com vista a acompanhar a evolução dos tempos. O mais importante é implementar o regime de cartão profissional, estes motoristas têm carta de condução de pesados mas isto não significa que dominam as técnicas de

segurança operacional de qualquer tipo de veículo de grande dimensão e que podem controlar totalmente situações complexas nas vias rodoviárias, por isso, é necessário obrigar esses motoristas a frequentar cursos de formação específicos, e só depois de aprovados no exame e habilitados com certificado é que devem poder desempenhar funções, de modo a melhor garantir a segurança nas vias e a segurança da vida e dos bens dos cidadãos.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 08.05.2019

Implementação de medidas simples para melhorar a situação do trânsito em Macau

Muitos dos acidentes e incidentes rodoviários ocorridos recentemente revelam que as instalações rodoviárias e a educação sobre segurança rodoviária devem ser ponderadas. De facto, no início de 2010, as associações profissionais da construção civil já reflectiram sobre a "Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau", proposta pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), e apresentaram ideias de futuro. Até hoje, em 2019, a política de trânsito e transportes de Macau foi sendo implementada e executada, mas ainda não se viram quaisquer vantagens. Não houve grandes melhorias na primazia dos transportes públicos, na gestão dos veículos e quanto à lentidão do trânsito, antes pelo contrário, surgiram muitos conflitos entre peões e condutores! Na realidade, os condutores também são peões. E quanto ao planeamento geral do trânsito, há que adoptar medidas pragmáticas e humanizadas. Ao mesmo tempo que se reforça a execução da lei, há que dar mais importância à educação, e que proceder a alterações científicas na melhoria das vias públicas; nos cruzamentos que reúnem condições, devem ser planeadas passagens elevadas ou subterrâneas; e quando há mais do que uma zebra numa mesma via, há que eliminar as que estão a mais. E aquando da execução de obras nas vias públicas, devem ser instaladas placas de sinalização e instalações temporárias para a travessia dos peões, de modo a que estes atravessem com segurança, e que destacar pessoal para orientar essa travessia.

Há, simplesmente, que inovar e distribuir, razoavelmente, os recursos viários tendo em conta as necessidades próprias das zonas envolvidas. Macau está a desenvolver-se rapidamente, e a estratégia principal é o seu posicionamento, isto é, a construção de "centro de turismo e de lazer a nível mundial" e de um "Belo Lar". Veja-se o exemplo da zona da Avenida de Almeida Ribeiro, onde se encontram muitos turistas. Esta zona pode ser, basicamente, definida como zona pedonal aos domingos ou como zona de circulação automóvel limitada em certos períodos. As faixas de rodagem podem passar a ter um só sentido, alargando-se os passeios, pode instalar-se um sistema automático de circulação pedonal para ligação às ruas antigas típicas, no sentido de permitir que os turistas passeiem e admirem os pontos turísticos típicos de Macau, ao mesmo tempo que se dispersam. Quanto às zonas com condições para instalar ou onde foram já instaladas passagens aéreas para peões, por exemplo, a zona Nam Van, a Praça de Ferreira do Amaral e os NAPE, há que concretizar a separação entre peões e veículos, construindo, de forma científica, infra-estruturas para facilitar a travessia por parte dos peões e reduzir os congestionamentos. Há ainda que colocar barreiras nas bermas das estradas para evitar que os residentes e visitantes atravessem a seu bel prazer, evitando ainda a coexistência, numa mesma zona, de sistemas de sinalização automática e infra-estruturas tradicionais. Veja-se o exemplo dos NAPE. A distância entre as zebras é de menos de 30 metros e estas

estão situadas em cruzamentos ou em curvas. Isto é razoável?

Mais, para alertar os condutores, as placas de sinalização temporárias devem ser colocadas em diferentes partes da rua, no início, meio e fim, entre 100 e 200 metros, e em diferentes línguas, pelo menos em chinês, português e inglês, para que os condutores possam vê-las facilmente.

Tendo em conta a situação geral do trânsito de Macau, recomenda-se que a Administração dê prioridade à resolução dos problemas mais simples e, que, em seguida, efectue uma análise global às questões rodoviárias, com vista a melhorar as instalações e a reforçar a segurança dos peões. As instalações provisórias devido a obras viárias devem dispor de passeios e respeitar a largura razoável para a circulação dos automóveis. Os utentes das vias públicas devem respeitar-se mutuamente e utilizar racionalmente as infra-estruturas rodoviárias, para se manter a harmonia em Macau.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 08.05.2019

Não se deve deixar que os grandes autocarros de turismo se transformem em bombas-relógio

No passado dia 2, registou-se um acidente com um autocarro de turismo que originou forte discussão social. Na manhã daquele dia, o autocarro, cheio de turistas japoneses, embateu contra um café, depois de sair do Túnel da Guia, ao chegar ao cruzamento entre o Jardim da Flora e a Avenida de Sidónio Pais, devido a falha dos travões. Este acidente teve grande eco na sociedade e voltou a suscitar a atenção da população sobre os autocarros de turismo, que deseja-se que o Governo investigue este acidente e adopte as medidas de prevenção adequadas. As ruas de Macau são estreitas e os veículos são muitos. A avaliação da situação e as medidas de melhoria devem ter em conta diversos aspectos, tais como a inspeção anual e a reparação de veículos pesados de passageiros, as provas dos motoristas de autocarros de turismo, a prevenção do cansaço na condução, e a circulação de autocarros de turismo nas ruas bastante estreitas e inclinadas dos bairros antigos.

O acidente deveu-se a avaria do sistema de travagem, o que reflecte a necessidade de aperfeiçoamento da inspeção anual. Podem tomar-se por referência as medidas adoptadas nas regiões vizinhas, por exemplo, na Coreia do Sul, a partir de Janeiro de 2019, o governo obrigou os veículos de transporte de passageiros e camionetas a instalar um sistema de aviso de saída de faixa (LDWS) e um sistema de travagem de emergência preditivo (AEBS). Quando o veículo se desvia da via, o sistema emite sinais - imagem, som e vibração - para alerta dos condutores. O sistema de travagem destina-se a prevenir e atenuar a gravidade de choques pela frente. O sistema de travagem de emergência preditivo (AEBS) já se aplica no Japão, Coreia do Sul, União Europeia e Rússia, entre outros países.

Nos últimos anos, o cansaço na condução tem sido alvo de atenção e de revisão dos respectivos diplomas legais nas regiões vizinhas. A circulação de autocarros de turismo e de automóveis pesados de passageiros implica a segurança de um grande número de passageiros e de utentes das vias públicas, e o perigo é grande se os condutores estiverem cansados ou desconcentrados devido a longos períodos de trabalho. Em Macau, não há deslocações de longa distância nas excursões, mas as ruas são muitas estreitas e com muitas curvas, o que exige muita concentração dos condutores. Nas regiões vizinhas, como Hong Kong e a Coreia do Sul, registaram-se muitos acidentes de trânsito fatais devido a cansaço, o que levou os respectivos governos a proceder à revisão da legislação correspondente, no sentido de salvaguardar a segurança dos condutores e dos cidadãos. Talvez este caso ocorrido em Macau não tenha a ver com cansaço na condução, mas podemos considerar que se trata de um alerta. Há então que prestar mais atenção às condições de trabalho dos condutores de autocarros.

Para além das medidas de curto prazo referidas, o Governo deve pensar a longo prazo noutras formas para a prevenção e erradicação do problema. O acidente com o autocarro de turismo que quase entrou num café mostra bem que a curva a seguir à saída do túnel é apertada, se a viatura tivesse perdido completamente o controlo depois de sair do túnel, ia directamente para o café. Portanto, há que otimizar as grades de protecção. Depois do grave acidente de 2016, envolvendo um autocarro de turismo, a DSAT proibiu o estacionamento e a tomada e largada de passageiros no troço entre a Rua D. Belchior Carneiro e a Rua de Tomás Vieira, a tomada e a largada de passageiros passou a ser no Tap Siac e o trajecto até às Ruínas de S. Paulo passou a fazer-se a pé. Na verdade, os moradores nos bairros antigos são muitos e as estradas são estreitas, portanto inapropriadas para a circulação de veículos pesados, muito menos para suportar o acesso diário de centenas de autocarros de turismo. O Governo deve adoptar medidas para proibir a circulação de autocarros de turismo nos bairros antigos em determinados períodos de tempo ou até totalmente. E deve ainda definir medidas para dispersão do trânsito, de forma a evitar a afluência simultânea de muitos turistas e autocarros de turismo nos bairros antigos e os incómodos para os residentes.

Macau é uma cidade turística, com muitas pessoas e muitos veículos, que recebe 35 milhões de turistas por ano. Com a entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e o aumento das excursões, há que olhar para a segurança dos autocarros de turismo. Espero que a Administração retire as devidas lições deste acidente, e melhore, quanto antes, o regime e o planeamento respectivos. Não se pode deixar que os autocarros turísticos que circulam nas vias públicas se transformem numa bomba-relógio para a segurança rodoviária.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 08.05.2019

Planear a integração de Macau no desenvolvimento da Grande Baía

Desde a publicação das “Linhas gerais do planeamento para o desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (“Linhas gerais)” pelo Governo Central e pelo Conselho de Estado, os diversos sectores têm organizado actividades de aprendizagem, e também aumentaram as discussões sobre a integração e a reforma do sistema da Grande Baía, os intercâmbios de jovens e as visitas de estudo. O Governo da RAEM também organizou palestras e seminários sobre as Linhas gerais, e promoveu o “Programa Mil Talentos” e a plataforma “União Mil Talentos”. O grau de participação de Macau e a importância da sua integração no desenvolvimento da Grande Baía merecem o nosso reconhecimento.

Este entusiasmo deve ser incentivado e mantido. O Governo deve dar importância e trabalhar bem para incentivar e manter este entusiasmo de forma continuada. Propõe-se, através da coordenação, o reforço do planeamento integrado da participação de Macau nas actividades da Grande Baía:

Primeiro, destacar mais pessoal para, através das mais diversas formas, se promover bem as Linhas gerais nos diversos sectores, para que todos fiquem a conhecer bem o seu espírito e conteúdo, com vista à sua concretização.

Os serviços públicos especializados devem proceder a uma divisão detalhada do conteúdo das Linhas gerais. Quais são as tarefas que devem asseguradas por Macau? Quais são as que necessitam da colaboração de Macau? Há que ter uma ideia sobre isto para, de forma coordenada e planeada, permitir que os diversos sectores de Macau mobilizem adequadamente as suas forças, tendo em conta as suas potencialidades, em prol de maior sucesso.

O mais importante é que Macau faça bem o seu trabalho. Macau tem quatro funções na zona da Grande Baía: um Centro, uma Plataforma, a diversificação adequada da economia, e uma base de cooperação e diálogo sob o lema “promover a coexistência das diversas culturas, com predominância da cultura chinesa”. Tudo isto coincide perfeitamente com o posicionamento principal de Macau no Plano Quinquenal. Assim sendo, há que reforçar o nosso trabalho nessas quatro vertentes, concentrando recursos e forças, em prol da obtenção de melhores resultados.

Há que referir especialmente que Macau, enquanto uma das “cidades motoras”, devia prestar atenção ao posicionamento da Grande Baía em termos de: (1) região metropolitana de nível mundial com pujança; (2) centro de inovação tecnológica internacional de peso mundial; (3) suporte relevante da iniciativa “uma faixa, uma rota”; (4) região exemplar no aprofundamento da cooperação entre a China-Hong Kong-Macau; e (5) círculo de vida com qualidade para a habitação,

emprego e turismo. Pode então dizer-se que Macau dispõe de vantagens, associadas também com algumas insuficiências, na articulação com esse posicionamento, portanto, o Governo tem de definir orientações sobre como maximizar as suas vantagens e suprir as suas insuficiências.

Por exemplo, Macau tem vantagens em termos de sistema, de plataforma e de elo com os chineses ultramarinos. Nos últimos 20 anos, os principais índices económicos têm tido performances excelentes, subidas em múltiplos, uma vantagem que tem de ser maximizada e bem aproveitada na participação de Macau na construção da Grande Baía. Porém, enquanto uma das quatro cidades-centro e uma das cidades-corredor da inovação tecnológica, Macau carece de recursos e necessita também de reforçar as acções de formação nas áreas da gestão urbanística e das ciências e tecnologia. É necessário acelerar o passo para suprir as insuficiências.

Assim sendo, espero que o Governo defina um plano integral para, por um lado, orientar a participação da sociedade tendo por base a experiência acumulada, e por outro, coordenar os diversos trabalhos relativos à integração de Macau na Grande Baía, de forma a tirar partido das suas vantagens, desenvolvendo-se em cooperação com outras cidades e juntando esforços para a concretização dos objectivos da Grande Baía.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 08.05.2019

O Governo está a debater com os serviços competentes de Zhuhai sobre a aquisição de seguro de saúde naquela região para os residentes de Macau que vivem em Hengqin e que sejam portadores do título de residência do Interior da China, notícia esta que foi muito bem acolhida pelos residentes em geral. Julgo que isto vai aliviar a pressão do sistema de saúde local e ainda facilitar a vida dos que pretendem viver, trabalhar e estudar na Grande Baía, em benefício da implementação da sua construção, aprofundando ainda mais o seu desenvolvimento.

Os residentes aspiram, desde há muito, por um serviço de saúde de excelência e integral, por estarem insatisfeitos com as deficiências existentes no actual sistema de saúde, por exemplo, as longas esperas, a pouco ideal qualidade dos serviços especializados, e as dificuldades com os tratamentos no exterior. E os problemas acabam por se acumular. Desta vez, o Governo está a tentar a adquirir seguro de saúde para os habituais residentes de Macau em Hengqin, estendendo as garantias de saúde até ao Interior da China. Trata-se de uma solução de grande relevância na reforma do nosso sistema de saúde, que pode servir de referência para o futuro.

Segundo muitas opiniões da sociedade, no futuro, com a promoção do projecto da Grande Baía e o aumento do número de cidadãos a trabalhar no Interior da China, é necessário estender a cobertura da protecção de saúde de Macau até ao Interior da China. Muitos cidadãos esperam obter mais detalhes sobre a participação no plano de assistência médica da zona da Grande Baía, o qual pode também servir como referência para a implementação de um programa universal de assistência médica em Macau. No entanto, até ao momento, as informações divulgadas pelo Governo são muito limitadas, sabe-se apenas que as despesas com o subsídio de assistência médica a título experimental em Zhuhai serão suportadas pelo Governo da RAEM. Os cidadãos de Macau estão confusos, porque apenas sabem que depois de pagarem as suas despesas médicas em Zhuhai podem requerer o referido subsídio, pois o Governo não tem dado mais explicações concretas.

Actualmente, o regime de seguro de saúde da cidade de Zhuhai está dividido em vários níveis, sendo essencialmente composto pelos planos "básico + suplementar + adicional", entre outros. De acordo com as informações divulgadas pelo Governo da cidade de Zhuhai, o plano de seguro médico que vai abranger os residentes de Macau pertence ao plano de 2.^a categoria do seguro de saúde de Zhuhai. Neste momento, desconhece-se quais são as despesas médicas garantidas por este plano, e se este consegue satisfazer as necessidades básicas de assistência médica dos participantes. Muitos cidadãos não conhecem muito bem este assunto, portanto, o Governo deve prestar esclarecimentos mais pormenorizados.

A fim de acelerar a reforma do sistema de saúde e de proporcionar melhores serviços de assistência médica à população, apresento as seguintes sugestões:

1. Acelerar a divulgação de informações e prestar esclarecimentos detalhados sobre a participação da população de Macau nos seguros de saúde de Zhuhai. O Governo da RAEM decidiu adquirir seguros de saúde de Zhuhai para a população de Macau, mas não adiantou detalhes sobre a cobertura, rácio de reclamações, procedimentos e instalações médicas complementares, portanto os serviços competentes devem esclarecer a sociedade para que esta possa ter mais informações.

2. Reforçar a coordenação, impulsionando a participação da população de Macau no projecto de seguros de saúde do Interior da China alargando-o, quanto antes, a outras cidades da Grande Baía (9+2). Para além do projecto-piloto de Zhuhai, o Governo deve reforçar a coordenação com as cidades vizinhas, incluindo Hong Kong, Cantão, Shenzhen e outras cidades da Grande Baía (9+2), no sentido de assegurar a integração da população de Macau no desenvolvimento da Grande Baía.

3. Aproveitar o projecto de seguros de saúde da Grande Baía para estudar a implementação dum regime de seguros de saúde universal.

O apoio à população de Macau na aquisição de seguros de saúde de Zhuhai é uma inovação, e estou em crer que isso pode servir de boa referência para a concretização do projecto de seguros de saúde universal. Assim, proponho ao Governo que acelere os respectivos estudos e que reforce a decisão e execução das políticas, concretizando o estudo sobre a “concessão directa de dinheiro” aos doentes, permitindo-lhes escolher livremente as instituições médicas onde querem ser tratados, a fim de melhorar a qualidade dos serviços de saúde e de aperfeiçoar o sistema de saúde em geral.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 08.05.2019

Reforçar o uso de mega dados para concretização do desvio de visitantes

No período da semana dourada do 1 de Maio do Interior da China, o número de visitantes bateu um novo recorde, segundo as estatísticas oficiais, entre os dias 1 e 4 de Maio, Macau recebeu mais de 630 mil de turistas, com os provenientes do Interior da China a atingir 430 mil, representando um aumento de 42%. Desde o início deste ano que o número de turistas não pára de aumentar, demonstrando que Macau continua a ter grande atracção turística, mas como as instalações turísticas e urbanas de apoio não conseguem acompanhar este ritmo de crescimento, a situação é cada vez mais grave nas ruas e nalguns pontos turísticos que se enchem de pessoas, afectando a experiência dos visitantes em Macau e perturbando a vida quotidiana dos residentes.

Na realidade, o turismo é um pilar económico relevante para Macau, e a construção dum centro mundial de turismo e lazer é um importante posicionamento de Macau enquanto cidade da Grande Baía. Como é que se pode reforçar a capacidade de acolhimento turístico é algo que merece ser resolvido. O Governo já colabora com o Alibaba Cloud, com o desejo de recorrer ao desenvolvimento do turismo inteligente para a implementação de três projectos, a “plataforma de troca de dados do turismo”, a “aplicação de observação dos visitantes” e a “aplicação do fluxo de visitantes inteligente”. Esta última pode ser aproveitada para fornecer dados para a fiscalização dos diversos pontos turísticos, para facilitar o planeamento das actividades turísticas quer aos turistas quer aos operadores. Mas segundo os dados do Governo, durante os feriados do Dia do Trabalhador, esta aplicação só foi usada por apenas 2 mil utentes, um número que, comparativamente ao total de várias centenas de milhares de visitantes, demonstra como essa aplicação é limitada. A par disso, ainda não houve lugar à integração desta aplicação como as outras 3 lançadas pelo Governo, a “What’s On Macao”, a “sentir Macau passo-a-passo” e a “Experience Macao”, o que demonstra que há ainda um grande espaço para aproveitar os meios do turismo inteligente.

Tal como afirma o Governo, a capacidade de acolhimento de turistas é a soma da capacidade de recepção dos pontos turísticos, postos fronteiriços e transportes, e o seu aumento exige colaboração interdepartamental. Assim, apresento as seguintes sugestões: 1. reforçar a divulgação de dados turísticos e as aplicações, aumentando-se os códigos de barras nos postos fronteiriços, nos hotéis, nos autocarros e nas paragens de autocarros, para que os visitantes possam aproveitar ao máximo o turismo inteligente; 2. acelerar o estudo da integração de aplicações turísticas, para facilitar a utilização pelos visitantes e aumentar o rigor dos dados, elevando-se assim a eficácia do turismo inteligente; 3. reforçar a utilização das tecnologias de rede e dos megadados, através da

integração do governo electrónico nos diversos serviços e da análise de dados, de modo a permitir que a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), as companhias de autocarros e os postos fronteiriços possam ser interligados, permitindo que os transportes públicos possam, em tempo real, aumentar ou diminuir consoante o número de pessoas nos pontos turísticos e postos fronteiriços; 4. reforçar o contacto com os serviços do Interior da China, para se conhecer melhor a situação de entradas e saídas nos postos fronteiriços e proceder antecipadamente às respectivas previsões em cada fronteira e ao controlo de multidões nos pontos turísticos, fornecendo informações mais precisas aos visitantes e aos cidadãos através de aplicações e mensagens; 5. acelerar a concretização dos objectivos da diversificação dos produtos turísticos e das experiências definidos no "Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau", por exemplo, acelerar a construção de museus temáticos; reforçar a ligação com os moradores das zonas comunitárias e as pequenas e médias empresas, coordenar e otimizar os itinerários das viagens, evitando assim que a concentração excessiva de pessoas afecte as deslocações; impulsionar e coordenar com as operadoras de jogo o fornecimento de mais actividades de lazer não relacionadas com o jogo, aumentando os elementos turísticos, tudo isto para se atingir o efeito de triagem dos visitantes.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 08.05.2019

Durante os feriados do Dia do Trabalhador deste ano, muitos turistas vieram até Macau para visitar a cidade e fazer compras, só no dia 1 de Maio, entraram e saíram de Macau pelas diferentes fronteiras 500 mil pessoas. Devido ao aumento gradual da população e dos turistas, o trânsito está já sobrecarregado, afectando a vida quotidiana e as deslocações dos residentes. O grande número de residentes e turistas leva a enchentes nos autocarros, e para além disto, há obras de escavação nas vias, que obrigam ao seu encerramento ou estreitamento, provocando graves engarrafamentos nas horas de ponta. As ruas próximas das principais atracções turísticas estão cheias de pessoas. As autoridades tomaram medidas de controlo de multidões para as desviar e manter a ordem pública, só que estas medidas também dificultam o regresso a casa dos residentes que vivem nas zonas turísticas durante as horas de ponta. Devido às enchentes de pessoas nas ruas, os turistas dificilmente usufruem de espaços turísticos confortáveis, situação que reduz a vontade de consumir e tem impacto negativo directo no ambiente comercial das pequenas e médias empresas.

Segundo muitos cidadãos, durante as horas de ponta e feriados, há sempre congestionamentos graves nos pontos negros do trânsito, por exemplo, na Rotunda da Pérola Oriental, Praça de Ferreira do Amaral, Rotunda do Istmo, Rotunda da Piscina Olímpica e Rotunda do Estádio, e mesmo que lá estejam agentes policiais a orientar o trânsito, o escoamento demora tempo e a circulação mantém-se lenta. Assim, os cidadãos questionam o seguinte: estes pontos negros são, na sua maioria, pontos de ligação às pontes, e com a entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e a conclusão sucessiva de várias novas habitações e grandes empreendimentos turísticos no Cotai, o Governo deveria ter previsto a pressão para o trânsito, para evitar afectar quer os trabalhadores quer os turistas. Fez isso? O Governo não tem um plano detalhado, portanto, ainda não se conseguiu resolver eficazmente o grave problema do trânsito.

A meu ver, o Governo tem de pensar em termos de futuro, acelerando a criação de uma rede tridimensional de trânsito que inclua túneis e viadutos, com vista a melhor desviar os veículos e a aproveitar cada centímetro de espaço, melhorando a circulação rodoviária. Atendendo à situação de saturação das três pontes entre a Península de Macau e a Taipa e à lentidão dos estudos, que duram há anos, sobre a 4.^a e a 5.^a ligações, o Governo deve consultar as experiências de outras cidades costeiras, aproveitar bem os recursos existentes, por exemplo as novas áreas marítimas, para criar ligações por barco entre a Península de Macau e a Taipa, isto é, aproveitar a via marítima para aliviar a pressão do tráfego terrestre, e criar ainda uma nova atracção turística que pode surtir efeitos ao nível do desvio de visitantes.

**IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 08.05.2019
No Movimento Quatro de Maio, os jovens protestaram contra a
autoridade. Hoje em dia, será que obedecem ao partido?**

“Quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado. (*Who controls the past controls the future. Who controls the present controls the past*)”. Este é um dos famosos ditados do romance irónico político “1984” do escritor George Orwell. Todos os poderes políticos anseiam por controlar a interpretação da história, que possivelmente é fiel à realidade, mas também podem aproveitar o que é benéfico para si, com o objectivo de defender a sua governação.

Recentemente, em Macau, muitas pessoas falaram sobre o Movimento Quatro de Maio, mais precisamente interpretando-o e retirando conclusões. Decorridos cem anos, qual foi o legado, entre ideias e espírito, deixado por este movimento? No discurso do seu centenário em Pequim, desapareceram os senhores “De” (Democracia) e “Sai” (Ciência), fortemente promovidos nesse Movimento, e foram substituídos por senhor “Dang” (partido), ou seja, os jovens da nova era devem “obedecer e seguir o partido”, etc.

E em Macau, muitas pessoas dizem que é necessário promover a educação patriótica. Mas, se tiverem oportunidade de levar os alunos numa visita à Praça da Paz Celestial em Pequim, o que é que vão dizer-lhes? Se for a verdade, então vão dizer que no dia 4 de Maio de 1919, um grupo de estudantes da Universidade de Pequim protestou contra o governo por este ter traído os direitos e interesses de Shandong na Conferência de Paz de Paris, gritando slogans como “abaixo os traidores e o poder externo”, “antiautoritarismo”, “anti-poder”, “anti-burocracia”, “ciência” e “democracia”. Os estudantes marcharam pelas ruas, atacaram serviços públicos, deitaram fogo ao prédio da família Zhao, e agrediram governantes, acabando por ser reprimidos e detidos pelo exército e pela polícia. Posteriormente, atendendo à grande greve no País e à indignação dos diversos sectores sociais, o governo foi obrigado a libertá-los, e os governantes envolvidos foram demitidos. E, por fim, os representantes da China recusaram-se a assinar o chamado “tratado pacífico”, e este incidente histórico ficou conhecido como “Movimento Quatro de Maio”.

O Movimento Quatro de Maio teve origem no patriotismo, mas não se pode equiparar o núcleo desse movimento ao patriotismo, pois as ideias de liberdade, progresso, democracia e ciência são igualmente importantes. Na altura, os estudantes apelaram ao senhor “Democracia” e ao senhor “Ciência”, que representavam uma sociedade livre e não sujeita à tradição, e exploraram, ainda e de forma proactiva, o anarquismo e o individualismo. Essa onda de pensamento que procurava a mudança política foi uma inspiração para alguns líderes dos movimentos estudantis que, dois anos depois, criaram o partido comunista da China, e até um estímulo para um outro movimento estudantil, que aconteceu em Pequim 70 anos depois - o Movimento Quatro de Junho.

Contudo, 100 anos depois, quando todos estão a procurar interpretar o Movimento Quatro de Maio, perguntamos: onde está o senhor “democracia”? Abordamos agora, sem falar de outra coisa, aquela peça teatral que acontece em Macau de 5 em 5 anos, em que o protagonismo é de um pequeno círculo de pessoas. Até hoje, em 2019, centenas de milhares de eleitores continuam a olhar para o seguinte: várias centenas de associações propõem várias centenas de pessoas e estas elegem, de entre elas, algumas centenas de pessoas para escolher o candidato constante da única candidatura a Chefe do Executivo, que governa centenas de milhares de cidadãos. Depois de 100 anos, o senhor “Democracia” continua desaparecido de Macau, só que muitos daqueles que estão a abordar, em voz alta, o Movimento Quatro de Maio, continuam a defender este desaparecimento.

Felizmente, depois de 100 anos, ainda há algumas pessoas que insistem na democracia e na verdade. Porém, face à alta pressão política, alguns jovens que se atrevem a lutar são acusados de diversos crimes e até são presos. Isto leva-nos a pensar num artigo de Hu Shi, intitulado “A nossa esperança nos estudantes” e publicado no primeiro aniversário do Movimento Quatro de Maio, onde se concluiu que: “os movimentos estudantis são um produto inevitável das sociedades anormais. Se os adultos não assumem a sua responsabilidade nem envidam todos os esforços para resolver a corrupção do governo, então, a responsabilidade de intervir e corrigir recai sobre os estudantes... As pessoas de meia-idade e os idosos cometeram erros, mas depois exige-se aos estudantes que esqueçam os estudos e ocupem o seu tempo para intervir e corrigir esses erros. E isto é o assunto mais anti-economia do mundo!”

Em 1930, Hu Shih na sua obra “Apresentar a minha própria mente”, escreveu concisamente o seguinte: “Agora, há pessoas que vos dizem ‘Sacrifiquem a vossa liberdade individual e procurem a liberdade do país!’ Eu disse-lhes: ‘Lutar pela liberdade é lutar pela liberdade do país; Lutar pela personalidade individual é lutar pela personalidade do país! Um país livre onde há igualdade não pode ser construído por um bando de escravizadores!’”.

É normal que cada um tenha a sua opinião sobre determinada história, tal como se tem o direito de contar os verdadeiros factos históricos ou distorcer a história para bem longe do céu. Mas sejam fieis à vossa consciência. Ao falar do Quatro de Maio, há que ser fiel à independência e à autonomia dos jovens, à reflexão autónoma e à crítica independente. Em 1918, Cai Yuanpei, Director da Universidade de Pequim, nas “Divergências entre a nova educação e o ensino antigo” afirma que “para os educadores, é melhor defender o natural do que respeitar os métodos antigos; é melhor desenvolver a própria personalidade do que prosseguir a consistência”. Qualquer poder que obrigue os jovens a seguir cegamente instruções está cada vez mais longe do Quatro de Maio.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 08.05.2019

A consulta pública e a produção da lei sobre as “terras de Macau para as gentes de Macau” devem ser realizadas durante este ano Há que coordenar o planeamento urbanístico e a concessão de terrenos nas diversas zonas dos novos aterros

O Governo Central autorizou a RAEM a avançar com 350 hectares de novos aterros, para dar resposta exclusiva às necessidades dos residentes. As obras já decorrem há vários anos e estão atrasadas, mas estão agora a acelerar. Acho que o Governo da RAEM deve elaborar, de imediato, um regime jurídico para a concretização do conceito “terras de Macau para as gentes de Macau”. Só depois de vários debates é que o Chefe do Executivo encarregou, finalmente, a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional de estudar a matéria.

É de salientar que, para garantir a criação do “regime de limitação da compra de terrenos de Macau às gentes de Macau nos novos aterros urbanos”, sem prejuízo dos direitos de propriedade adquiridos, é necessário continuar a garantir, até à conclusão da consulta pública e do respectivo processo legislativo, que os terrenos destinados a habitação nos novos aterros nunca sejam concedidos a título furtivo, para salvaguardar as necessidades habitacionais dos residentes de Macau. Tendo em conta o avanço sucessivo do planeamento urbanístico das diversas zonas urbanas dos novos aterros, há toda a necessidade de concluir, quanto antes, quer a consulta pública sobre “terras de Macau para as gentes de Macau” quer o respectivo processo legislativo.

Assim sendo, solicito à Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional que conclua, quanto antes, o estudo preliminar sobre a implementação do regime “terras de Macau destinadas às gentes de Macau” nos novos aterros, que lute pela realização da respectiva consulta pública durante a primeira metade deste ano, e que os trabalhos de produção legislativa tenham em conta os resultados dessa consulta.

O actual Chefe do Executivo deve manifestar publicamente que, sob a característica de economia livre da RAEM no quadro “de um país”, é necessário assegurar, no pressuposto de não se violarem direitos e interesses adquiridos, o estabelecimento, o mais cedo possível, de um regime de limitação à aquisição de propriedades nos novos aterros nos termos daquele regime, e em consequência disto, há que insistir que, até à data da implementação do referido regime, não serão concedidos terrenos para fins habitacionais nas novas zonas de aterros através de “falsas partidas”, como nas corridas.

(Tradução)

Até à implementação do referido regime jurídico, o Governo da RAEM deve tomar como referência a regra “terras de Macau destinadas às gentes de Macau” aquando da definição dos sucessivos planos urbanísticos dos novos aterros.

IAOD do Deputado Au Kam San em 08.05.2019

Promoção do sufrágio universal para o Chefe do Executivo e concretização dos princípios de justiça, imparcialidade, publicidade e integridade

O Chefe do Executivo da RAEM deve ser um Chefe das gentes de Macau, mas não é o caso, este está sempre isolado do público pois é eleito apenas por um pequeno círculo de 400 pessoas. É ridículo é o facto de estas 400 pessoas, responsáveis pela sua eleição, serem também seleccionadas de forma isolada do público. Assim, é claro que falta credibilidade a um Chefe do Executivo eleito desta forma, ao que se junta o conluio entre Governo e empresários e a incompetência na governação, factores que só enfraqueceram o prestígio do Governo. Apesar de este ter alcançado bons resultados económicos, continua a ser alvo de críticas, dúvidas e acusações da sociedade.

Aquando da elaboração da Lei Básica, não se definiu a concretização do sufrágio universal para o Chefe do Executivo, o que foi obviamente uma falha. Mas, atendendo ao ambiente social de há mais de vinte anos, em que a administração era portuguesa, é compreensível que assim tenha sido. Porém, hoje, 20 anos após o estabelecimento da RAEM, ainda não há sufrágio universal nem uma data para a sua concretização, o que é verdadeiramente incrível.

Macau é uma pequena cidade conservadora, mas a eleição directa de um voto por pessoa não é uma novidade, porque depois de ter sido instaurada a democracia em Portugal, após a Revolução dos Cravos, foram introduzidos os assentos por sufrágio directo aquando do estabelecimento da AL de Macau em 1976. Na eleição da primeira AL, houve sufrágio directo apesar de só as pessoas de nacionalidade portuguesa é que tiveram direito a voto (naquela altura, todos os nascidos em Macau tinham nacionalidade portuguesa e o estatuto de residente de Macau, e quem não quisesse esta nacionalidade, tinha de contratar advogado para tratar das formalidades de renúncia). Em 1984, o Governador Almeida e Costa decidiu conceder o direito de voto aos residentes de Macau, isto é, qualquer residente com mais de 18 anos podia votar desde que estivesse recenseado. Na altura, só 6 dos 17 deputados é que foram eleitos através de um voto por cidadão, porém, tratou-se dum verdadeiro sufrágio directo que permitiu aos cidadãos a prática de democracia. A partir daí, foram realizadas nove eleições para a AL e três eleições para a Assembleia Municipal. Posso dizer que as pessoas conhecem e já se adaptaram bem ao regime de sufrágio directo, e afirmar, com toda a certeza, que a população, com mais de 30 anos de experiência, não terá dificuldades na concretização do sufrágio universal para o Chefe do Executivo.

É de sublinhar, sobretudo, que o facto de se ter implementado a escolaridade gratuita de 15 anos, após a transferência, contribuiu para um aumento substancial das competências académicas da população de Macau. Com os diversos apoios e investimento significativo do Governo, a taxa de admissões dos jovens de Macau

à universidade superou os 80%, o que, com certeza, é dos melhores a nível internacional, suficiente para ocupar o topo no mundo.

Pode afirmar-se que, ao nível das condições económicas, história, tradição, competências académicas das pessoas, etc., Macau reúne as condições para o sufrágio universal do Chefe do Executivo e da Assembleia Legislativa. Que razões é que ainda temos para rejeitar, resolutamente, um regime de eleições democráticas?

De facto, no âmbito quer das três quer das cinco etapas que resultam da interpretação da lei, compete a Macau a iniciativa de alterar as metodologias tanto para a escolha do Chefe do Executivo como para a constituição da Assembleia Legislativa. Conforme o previsto nos Anexos 1 e 2 da Lei Básica, essa alteração deve “ser feita com aprovação de uma maioria de dois terços de todos os deputados à Assembleia Legislativa”. Como as metodologias em causa são estrutura política, naturalmente e de acordo com a Lei Básica, trata-se de uma matéria cuja iniciativa é reservada ao Governo. Isto é, a primeira etapa da reforma política é a apresentação dum proposta de lei à Assembleia Legislativa pelo Governo. Depois de interpretada a lei, as três etapas passaram a cinco etapas. Apesar disto, a primeira etapa continua a ser a apresentação de um relatório pelo Chefe do Executivo ao Comité Permanente da APN. Portanto, o sufrágio universal, quer do Chefe do Executivo quer da Assembleia Legislativa, tem a ver com a alteração às metodologias em causa, e em ambos os casos, o primeiro passo cabe ao Chefe do Executivo. Isto é inegável. Aliás, não se pode imputar a não promoção do sistema político democrático ao Governo Central.

Independentemente de quem seja o próximo Chefe do Executivo, com vista a aumentar o reconhecimento do Chefe do Executivo e do Governo da RAEM, bem como a legalidade da governação, apelo a que se promova o sufrágio universal para o Chefe do Executivo e a realização progressiva do sufrágio universal para a Assembleia Legislativa, e que se concretize os conceitos enfatizados antes e depois do estabelecimento da RAEM, designadamente, “igualdade, publicidade, justiça, integridade e democracia”, e isto é responsabilidade indeclinável do Chefe do Executivo.

IAOD do Deputado Iau Teng Pio em 08.05.2019

Preparar bem a defesa da segurança nacional e garantir a prosperidade e a estabilidade do Estado

Há dias, foi inaugurada, com sucesso, a Exposição da educação sobre a segurança nacional, que se realiza em Macau há já dois anos consecutivos. Esta exposição integra vários elementos, para que os cidadãos possam, partindo de pontos de vista diferentes, compreender a importância da segurança nacional e a sua relação estrita com a vida diária, o que é importante para reforçar a consciência de todos sobre a segurança nacional.

A importância da segurança nacional tem como pressuposto a garantia do bem-estar da população e do desenvolvimento estável da sociedade, e é a base de tudo o que fazemos. Felizmente, desde o Retorno, o Governo e a população têm tido consciência disto e assumido proactivamente as suas responsabilidades constitucionais nesta vertente. Depois da conclusão da “legislação do artigo 23.º”, em 2009, todos os trabalhos de revisão e legislação de várias propostas da área da segurança nacional já foram iniciados, foram realizadas diversas actividades de educação sobre a situação nacional, e foi criada a Comissão de defesa da segurança do Estado, podemos então dizer que, neste aspecto, os nossos trabalhos têm sido muito bem desenvolvidos. E eu, enquanto residente de Macau, sinto-me orgulhoso.

Contudo, com a entrada do País numa nova era, isto é, na plena construção de um país forte e modernizado, a conjuntura internacional vai ser cada vez mais complicada. Enquanto região administrativa especial, Macau goza do princípio “Um País, Dois Sistemas”, que é uma vantagem, e tem de aceitar, como consequência disto, os riscos decorrentes da abertura institucional. Muito provavelmente as forças estrangeiras vão fazer de Macau uma base, aproveitando-a para recolha de informações da China, divulgação de ideologias e acções de infiltração. Portanto, neste contexto, a salvaguarda da nossa prosperidade e estabilidade, que não foram fáceis de atingir, constitui uma missão importante.

A meu ver, basta que Macau siga um rumo: ser proactiva e preparar-se para eventuais adversidades, no sentido de enfrentar todos os conflitos, riscos e desafios. E mais, tem também de acompanhar o ritmo da Pátria, lutando ombro a ombro, na certeza de que vai conseguir defender a prosperidade e a estabilidade, criando um futuro melhor.

Por último, no que diz respeito ao mecanismo de salvaguarda da segurança nacional, gostaria de apresentar dois pontos de vista pessoais para troca ideias com todos os presentes:

1. Tendo em conta o aumento e a complicação dos assuntos relacionados com a segurança nacional, propõe-se o alargamento do âmbito de cobertura do sistema de salvaguarda da segurança nacional e a extensão da rede de prevenção e controlo dos riscos às vertentes políticas, económicas, culturais, sociais e tecnológicas.

2. Os factos provam que a segurança nacional exige esforços conjuntos da sociedade, por isso, propõe-se que se desenvolvam os canais e os métodos de trabalho de sensibilização sobre a segurança, concretizando a divulgação constante e a expansão da divulgação, no sentido de elevar a consciência dos cidadãos sobre a protecção da segurança do Estado.

IAOD do Deputado Chan Wa Keong em 08.05.2019

Articulação com o regime de exercício da profissão de advogado e melhoramento do Estado de Direito na Grande Baía

Nas “Linhas gerais do planeamento para o desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” define-se o seguinte: reforçar a cooperação nos assuntos jurídicos, aproveitar bem o poder legislativo das zonas especiais económicas e acelerar a criação do sistema jurídico adequado ao desenvolvimento económico aberto; avançar com os projectos-piloto de escritórios associados de advogados e com os estudos sobre o exercício da profissão de advogado de Macau e de Hong Kong nas nove cidades do Delta do Rio das Pérolas. O Governo de Macau tem mantido uma interacção activa com os serviços judiciais do Interior da China, mas, o problema do exercício da profissão de advogado na Grande Baía continua por resolver, o que constitui um obstáculo para os advogados e limita o desenvolvimento económico da Grande Baía.

“Para se poder fazer bem, há que ter meios”. São necessários serviços complementares ao nível jurídico para se criar um Estado de Direito e um bom ambiente de negócios na Grande Baía, o que assume grande importância para o seu desenvolvimento.

Quanto aos escritórios associados de advogados, não conseguem adquirir personalidade jurídica nos termos da lei, uma vez que a lei que regula a associação de advogados ainda não está a ser implementada, o que resulta em falta de articulação com o regime de associação de advogados da Grande Baía. Para além de alterar as leis de Macau, o Governo deve avançar a acelerar, e alargar a coordenação com os serviços competentes do Interior da China, com vista a uma boa articulação.

No âmbito do exercício da profissão por parte dos advogados de Macau nas cidades da Grande Baía, podemos consultar o Regime de constituição de notário público da China, um sucesso na implementação do princípio “um país, dois sistemas”, definindo um regime de acreditação razoável e regular, para que os advogados de Macau, especialmente os jovens, possam servir Macau com os seus conhecimentos e inovar e contribuir para a Grande Baía!

IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 08.05.2019

Sugestões para promover a integração financeira na Grande Baía

A integração financeira constitui uma importante base e garantia para o desenvolvimento integrado da Grande Baía, e o desimpedimento dos canais financeiros transfronteiriços contribui para a integração e extensão mútuas. As Linhas Gerais do Planeamento definem expressamente o seguinte: "promover a cooperação financeira entre Guangdong, Hong Kong e Macau, promovendo o livre fluxo de capitais na Grande Baía", e estudar a criação de uma "zona experimental de cooperação financeira transfronteiriça entre Macau e Zhuhai". Assim sendo, sugiro o seguinte:

1. Reconhecimento mútuo dos critérios de supervisão financeira e definição de regulamentos e de mecanismos de supervisão financeira que se articulem com Hong Kong e Macau.

As condições e bases principais para concretizar a integração aprofundada do sector financeiro na Grande Baía são a articulação e o reconhecimento mútuo dos mecanismos e regulamentos de supervisão financeira das três regiões. No contexto de "Um país, dois sistemas", propõe-se que, através da cooperação com o Interior da China, se inicie um estudo sobre a criação de uma "zona experimental de cooperação financeira transfronteiriça entre Macau e Zhuhai", e se promova o reconhecimento mútuo dos critérios de supervisão financeira entre as três regiões, criando gradualmente um mecanismo de supervisão financeira que se articule com as regiões de Hong Kong e Macau, alargando as condições para as instituições financeiras de Macau se instalarem na zona experimental, de modo a promover o livre fluxo de capitais financeiros e a interligação no mercado financeiro de Guangdong e Macau.

2. Aumento do nível dos serviços financeiros relacionados com a vida da população.

Com vista a facilitar o consumo doméstico e a troca quotidiana entre os residentes da Grande Baía, é fundamental a interligação dos sistemas de pagamento electrónico das três regiões. Recentemente, o Banco Popular da China tomou uma medida de facilidade que permite aos residentes de Hong Kong, via representação pelo Banco da China de Hong Kong, a abertura de contas no Banco da China do Interior da China. Vários residentes de Macau esperam que a RAEM continue a lutar, acelerando e promovendo a admissibilidade de a sucursal do Banco da China em Macau representar os residentes de Macau na abertura de contas no Banco da China na Grande Baía. Mais, há que acelerar e promover a interligação dos sistemas de pagamento de valor diminuto, com base numa

troca imediata de três moedas, com vista a aumentar a satisfação dos residentes de Macau.

3. Aumento da utilização transfronteiriça do Renminbi na Grande Baía.

As Linhas Gerais do Planeamento apresentam o aumento gradual da utilização transfronteiriça do Renmibi na Grande Baía, quer ao nível da escala quer da dimensão. Sugere-se que sejam aproveitadas as vantagens únicas de Macau – “Um País Dois Sistemas” e porto franco, no sentido de se criar, em Macau, um mercado de obrigações em Renmibi, incentivando as empresas do Interior da China, que tenham condições para o efeito, a emitirem obrigações, angariando fundos em Macau. Mais, há que, através do alargamento do âmbito da cooperação transfronteiriça, promover o comércio da Grande Baía e facilitar os investimentos e angariação de fundos, com vista a que, à medida que se satisfaz as necessidades inerentes às estratégias ao nível do desenvolvimento do País, seja consolidada a nossa base de serviços financeiros com características próprias, promovendo-se o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.